

DIA NACIONAL DE LUTA CONTRA A EXPOSIÇÃO AO BENZENO

A exposição ao Benzeno e a PRECARIZAÇÃO das NRs

O Brasil se prepara para entrar num período de muitas mortes por acidente do trabalho e adoecimento ocupacional visto que as pretensões do presidente Jair Bolsonaro e da representação patronal estão se concretizadas em desfazer a legislação brasileira de prevenção de acidentes e doenças do trabalho, as Normas Regulamentadoras (NRs) de Saúde e Segurança no Trabalho.

As Normas são disposições complementares ao capítulo V da CLT que consiste em obrigações, direitos e deveres que devem ser cumpridos, pelas empresas e pelos trabalhadores, com objetivo de garantir trabalho seguro e sadio, prevenindo as pessoas dos acidentes do trabalho e do surgimento de doenças ocorrida pela exposição ocupacional ao já reconhecido cancerígeno BENZENO.

O retrocesso parece ter invadido a história do Brasil, jamais foi verificado tantos ataques nos direitos dos trabalhadores. No dia 7 de janeiro, deste ano, foi dado fim ao Ministério do Trabalho e com isso todas as secretarias de trabalho e instituições relacionados à saúde e à segurança foram redistribuídas para outros ministérios. Em março o governo divulgou que iria pautar a "desburocratização" das Normas Regulamentadoras para dar condição ao patronato de investir no país. A grande realidade são os planos econômicos do ministro da Economia e do secretário especial de Previdência e Trabalho, onde pretendem reduzir as exigências e as obrigações do empresariado, de modo que estas medidas cortem as regras que protegem os trabalhadores de ambientes de trabalho insalubres e dos riscos de acidentes.

O Benzeno se prepara para mais uma alteração na legislação brasileira. De 1978 até março de 1994, permaneceu classificado com limite de tolerância de 8 ppm, em seguida foi transferido para o anexo 13 da NR-15 onde permaneceu até 20 de dezembro de 1995, data da criação do anexo 13 A do Benzeno onde não poderia haver mais nenhuma exposição ao cancerígeno, mantido até os dias atuais com alguns avanços nas legislações complementares e elaboração de uma legislação específica aos postos de combustíveis. Com a precarização das NRs, o governo federal pretende alterar o item Benzeno para um anexo de cancerígenos onde estaria dividindo espaço com outros agentes carcinogênicos reconhecidos pela LINACH - Lista Nacional de Agentes Cancerígenos para Humanos.

A reforma da NR-15 já entrou na pauta da Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP) nos itens de ruído e calor, o Benzeno está com previsão de iniciar as discussões em novembro/2019,



CAMPANHA: COMPLETE O TANQUE SÓ ATÉ O AUTOMÁTICO

O objetivo é orientar os trabalhadores, principalmente os frentistas, sobre os danos à saúde que o Benzeno que tem na gasolina provoca quando seus vapores são inalados durante o abastecimento de veículos. A campanha visa evitar que os frentistas não tenham contato com o combustível, orientando também a população, principalmente os condutores, sobre os danos provocados aos veículos e ao meio ambiente quando se abastece além do travamento automático da bomba, isto é, "até a boca". Esta medida evita danos à saúde do consumidor e, principalmente, do frentista, evita a contaminação do meio ambiente, do veículo e até mesmo o desperdício de combustível. A saúde vem primeiro!

juntamente com a criação do item Cancerígenos baseado na LINACH dos ministérios do Trabalho, Previdência e Saúde. Segundo representantes do governo na CTPP este item será mais amplo e voltado para a realidade industrial e comercial. Esta lista foi elaborada em 2014 e considerou a elevada incidência de câncer no Brasil e baseada em estudos científicos existentes, além da lista de agentes cancerígenos da Agência Internacional para a Investigação do Câncer (IARC) e da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Neste contexto o governo deveria assumir o incentivo às pesquisas e aos estudos para proteger os trabalhadores além do papel de mediador de conflitos dentro de um processo tripartite, mas diferente do esperado a postura tomada pelo presidente Jair Bolsonaro e seus assessores é de assumir o papel dos empresários no momento que impõe a suposta "modernização, simplificação e

desburocratização" das Normas de proteção dos trabalhadores e na legislação do Benzeno.

Que o Benzeno não é flor que se cheire, isto os trabalhadores já sabem, e da pior forma, perdendo companheiros de trabalho, mas, por último e inesperado, e que nem todos ainda sabem e que o governo de Bolsonaro deu fim às comissões tripartites, incluindo a CNPBz - Comissão Nacional Permanente do Benzeno. Diante da política de retrocesso das NRs e da Legislação específica do Benzeno, a Bancada dos Trabalhadores na CNPBz, repudia tais ataques contra a vida e segurança dos trabalhadores e continuarão atuando no sentido de retomar os trabalhos da CNPBz e das reuniões ordinárias, ainda assim, criar um Fórum Permanente do Benzeno e garantir através dos sindicatos o DIA 5 DE OUTUBRO anualmente e todas as atividades de formação e prevenção a exposição ocupacional ao Benzeno.

A LUTA DA BANCADA

Mesmo diante de muitas dificuldades para garantir o cumprimento do anexo 13 A do BENZENO, a Bancada de Trabalhadores na CNPBz sempre se manteve firme na luta para: reduzir o VRT; diminuir a concentração de enquadramento que ainda permanece 1% vol.; fortalecer os GTBs; resistir contra o esvaziamento da CNPBz e pela participação dos GTBistas nas reuniões e denunciar irregularidades.

FUNDACENTRO: A morte como política de governo



Criada em 1966, a FUNDACENTRO desenvolve, ao longo de sua história, um dos mais importantes trabalhos em pesquisa sobre as mais diversas condições dos ambientes de trabalho e prevenção de saúde do trabalhador no Brasil. Estudos da Fundacentro foram a base, por exemplo, para o Acordo Nacional do Benzeno.

A Fundação foi responsável pela formação dos primeiros engenheiros, técnicos de segurança do trabalho, enfermeiros e auxiliares de enfermagem do trabalho no País. A entidade forma profissionais, qualifica as atividades de cipistas e GTBistas, atua com as comissões tripartites nas questões de saúde laboral, publica trabalhos científicos e é uma referência internacional nas melhorias das condições de saúde nos locais de trabalho.

Tudo isso, entretanto, está em risco. Pesquisadores da entidade denunciam que o governo Bolsonaro está agindo deliberadamente para desmontar as políticas de proteção à saúde e segurança do trabalhador, incluindo nesse ataque a Fundacentro. Isso se materializa mais ainda com a publicação da Portaria nº 972/2019, de 21 de agosto, revogando todas as comissões tripartites, entre elas as de Saúde e Segurança no Trabalho (SST) e do Benzeno (CNPBz).

"O governo anunciou que maioria dos servidores terceirizados será dispensada, a Fundação está proibida de contratar serviços de manutenção, de informática, está tudo muito confuso aqui, isso afeta todo o nosso trabalho", denuncia um pesquisador da Fundacentro, que preferiu não se identificar.

Outra servidora da Fundação informa que a gráfica da entidade (responsável por diversas publicações científicas e de orientação) foi fechada, assim como as agencias localizados em várias regiões e o fim da inauguração da Fundacentro Regional Santos. Também foi colocado à venda de um terreno ao lado da

sede, que deveria abrigar um grande laboratório, será transformado em estacionamento ou algum prédio comercial.

Sem pessoal de suporte, sem manutenção das infraestruturas minimamente necessárias, com redução de orçamento e, principalmente, sem concurso público para repor pessoal científico que se aposenta, o futuro da Fundacentro é incerto! E isso afeta, diretamente, a saúde de todos os trabalhadores do país. "O que estamos vendo é a morte como política de governo, porque quando se corta verbas do SUS, acaba com as comissões, desmantela a Fundacentro, libera agrotóxicos e destrói o meio ambiente, esse governo está decretando que muitas pessoas irão morrer em consequência direta de suas ações", se exalta, ao falar, outra pesquisadora, quase às lágrimas: "Bolsonaro prometeu destruir o Brasil e está cumprindo".

O FIM DAS COMISSÕES TRIPARTITES?

A Portaria n° 972, do governo federal - publicado pelo Secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia que revogou 75 portarias, publicadas entre 1998 e 2018, que criaram as várias comissões tripartites, de diversas áreas, em funcionamento no Brasil. Em uma única canetada, o governo eliminou mais de 20 anos de construção de relações entre trabalhadores, empresários e governos.

Uma delas foi a Comissão de Saúde e Segurança no Trabalho (CT-SST) instituída com o objetivo de avaliar e propor medidas para implementação no país da Convenção nº 187 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata da Estrutura de Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho.

Outra Comissão extintas, e que diz respeito diretamente ao trabalho com hidrocarbonetos, é a Comissão Nacional Permanente do Benzeno (CNPBz), responsável por importantes melhorias no meio ambiente de trabalho, que organizava as

ECNPBZ BOLSONARO EXTINGUIU A COMISSÃO, A LUTA, NÃO!

Apesar do atual governo federal suspender, através da Portaria 972 em agosto 2019, todas as comissões e grupos de trabalho voltados a prevenção da saúde e segurança dos trabalhadores, entre estas a Comissão Nacional Permanente do Benzeno (CNPBz) e as Comissões Estaduais Benzeno (CEBz) que faziam o necessário e preventivo debate de forma democrática através do tripartismo (governo, patrões e trabalhadores) nas áreas de segurança e saúde do trabalhador, o Cancerígeno Benzeno ainda é regido por um Acordo Nacional e que continua constando no Anexo 13-A da Norma Regulamentadora N° 15 (NR15 - que trata das Insalubridades) por ser um produto reconhecidamente mielotóxico regular, leucemogênico e cancerígeno, mesmo em baixas concentrações.

A CNPBz faria em dezembro deste ano, 24 anos como guardiã do Acordo Nacional do Benzeno. Sendo neste período a protagonista na melhoria das condições no ambiente de trabalho de químicos, petroquímicos, petroleiros e de tantas outras categorias envolvidas diretamente e indiretamente com o Benzeno através de debates e encaminhamentos consensadas pelo governo, patrões e trabalhadores. Sempre avançando em melhorias e não retrocedendo, com as realizações de Reuniões periódicas (Nacional e Estaduais) e visitas técnicas sempre com caráter orientativo.

Está luta para que o Acordo do Benzeno seja cumprido agora será feita principalmente através dos Grupos de Trabalho do Benzeno, os GTBs, dentro das Cipas das empresas e pela intensificação das fiscalizações pelos sindicatos, fazendo com que as empresas cumpram e avancem nas melhorias continuadas para não expor os trabalhadores ao Benzeno, se municiando se necessário, de denúncias aos organismos competentes.

A luta em manter a preservação da saúde e segurança dos trabalhadores vai necessitar muito mais da perseverança e força de vontade de todos os trabalhadores, pois para os sindicatos vencerem esta luta, devem estar juntos e conscientes e nunca desistir de um ambiente seguro para trabalhar.

Visita da CEBz-RS na REFAP-Petrobrás em Canoas/RS-2018



Reunião da CNPBz na Fundacentro-SP em 2018

políticas para as comissões estaduais e regionais (CEBz). Por conta dos acordos da CNPBz, ao longo desses anos houve um enorme avanço no controle ambiental e na conscientização da Classe Trabalhadora sobre os riscos à exposição aos hidrocarbonetos e em especial o Benzeno, avanços na compreensão do nexo causal e da inexistência dos limites de tolerância a exposição a agente cancerígeno.

Não poderemos conceder o fechamento sumário destas Comissões com o FIM, deveremos se organizar politicamente e financeiramente para reestabelecer as Comissões Tripartites Temáticas e assim, continuar salvando vidas de mais trabalhadores.

